

A DESCOBERTA DO PETRÓLEO NA BAHIA

Isa Beatriz da Cruz Neves¹
Jodeilson Mafra Martins²

Resumo: *Este artigo tem como objetivo analisar a **Descoberta do petróleo na Bahia**. Para tanto, foram utilizados como fontes primárias os artigos da capa do jornal Estado da Bahia do dia 23 de janeiro de 1939 e o jornal Diário da Bahia do dia 24 de janeiro de 1939, referente ao assunto proposto. Como fontes secundárias foram utilizados, principalmente, os artigos publicados na coletânea Bahia Republicana: governadores e interventores, organizado por Alfredo Matta; o livro O poder Legislativo da Bahia: primeira república (1889-1930) de Consuelo Novais Sampaio; o livro A batalha do petróleo brasileiro de Mário Victor; e o livro A questão do Petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás de José Luciano de Mattos Dias e Maria Ana Quaglino .*

Palavras-chave: História; Bahia; Descoberta do petróleo

INTRODUÇÃO

Desde o Império, os pioneiros acreditavam na existência de petróleo em território brasileiro, apesar das análises de pesquisadores estrangeiros dizerem o contrário. Contudo, após muitos anos de buscas, principalmente, em áreas das regiões Sul e Sudeste do Brasil devido aos incentivos da burguesia cafeeira que almejava ampliar seus lucros através do processo de industrialização nestas áreas; o petróleo veio a surgir em plena Bahia no período em que o interventor Landulfo Alves estava no poder.

Na primeira parte do trabalho, analisarei o contexto histórico que envolve a instalação da República na Bahia e o cenário político da época até o final da década de 30. Demonstrarei o objetivo do projeto burguês com o intuito inicial de desarticular as forças políticas tradicionais. Em seguida, abordarei como ocorreu a procura pelo petróleo no Brasil detalhando as tentativas deste o período imperial. Graças ao empenho de Oscar Cordeiro e seus aliados, são promovidas pesquisas sobre o petróleo nesta época que fazem desenvolver condições econômicas e políticas para o descobrimento do petróleo no Lobato em 1939. Por fim, farei um breve diálogo com as minhas fontes primárias. Confrontando uma mesma notícia sobre dois pontos de vista.

A metodologia utilizada para construção deste artigo foi o materialismo histórico. Através desta abordagem podemos compreender o jogo político e econômico existente em torno da burguesia paulista e da oligarquia baiana num período, onde não só a Bahia, mas, todo o Brasil estava à procura de petróleo para dá prosseguimento ao seu processo de modernização e industrialização.

¹ Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e discente do 6º semestre do curso de Pedagogia da UNEB. E-mail: isabeatriz@hotmail.com

² Graduado em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Aluno da especialização da UNEB. E-mail: jodmartins3@hotmail.com

FIM DO IMPÉRIO E PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL

O declínio da monarquia no Brasil foi fruto de inúmeros fatores conjugados que desgastaram o governo imperial no final do século XIX. Dentre tais fatores, podemos destacar a questão religiosa e a questão militar que procederam da inabilidade do próprio Imperador.³

Justamente neste período, a burguesia paulista ligada exclusivamente aos acúmulos de capital proveniente do café considerava a política Império como um entrave aos seus interesses, já que tal política era excessivamente centralizadora. O intuito dos cafeicultores era implantar o federalismo para proporcionar autonomia aos estados membros, por isso abraçaram o ideal de República se aliando aos militares.

Daí, considerarmos que a implantação da República Federativa no Brasil caracterizou-se por atender apenas as exigências dos grupos ligados à empresa cafeeira, setor agro-exportador até então dominante no País.

Com o objetivo de conquistar êxito, tal burguesia delineou as diretrizes deste novo sistema político, procurando implantar um modelo estrutural onde não era mais aceitável e nem compatível com os regionalismos e os localismos. Para tanto, ajustou a base jurídico-formal do Estado e as bases sócio-econômicas do poder, visando o beneficiamento dos grandes estados do Centro-Sul em detrimento dos estados pequenos e intermediários.

Nos primeiros momentos da República foi desencadeado uma série de conflitos, muitos deles violentos entre facções rivais, visando obter o controle da política local. Na Bahia isso não foi diferente.

“Esta política, altamente favorável aos estados da próspera economia cafeeira, era inversamente desvantajosa para aqueles que, como a Bahia, não tinham perspectiva de enfrentar a crise econômica que em cheio atingia a economia de mercado”⁴ p.35

Após a implantação da República finalmente a burguesia conseguiu iniciar a concretização dos seus intuítos. Todos os Estados ganharam autonomia para contrair empréstimos no exterior, organizar suas próprias forças militares e criar suas instituições jurídicas.

REFLEXOS DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NA BAHIA

Antes da proclamação da República a Bahia possuía uma estrutura social obscurecida, com a permanência de remanescentes da ordem senhorial-escravocrata, provenientes dos resquícios do Império. Afinal, deste o período colonial, a Bahia estava subjugada pelo poder e pela autoridade de uma aristocracia agro-comercial. Economicamente, estava fundamentada no cultivo em larga escala de produtos como o fumo, cacau, café e açúcar, destinados ao comércio de exportação; e também desenvolvia a criação de gado de corte.

Tal situação proporcionou o surgimento de uma sociedade baseada no prestígio social e no tráfico de influência por parte dos poderosos, que privilegiavam os seus aliados. Daí a influência do coronel, como chefe político regional. Este era o dono da vontade dos eleitores e

³ A questão religiosa teve a sua origem no regime do padroado, segundo o qual a igreja estava subordinada ao Estado; os padres eram remunerados pelo governo, como qualquer funcionário público. A questão militar foi um incidente que proibiu os militares de se pronunciarem publicamente sobre questões internas do Exército

⁴ SAMPAIO, Consuelo Novais. *A República na Bahia*. In: *O poder Legislativo da Bahia: primeira república (1889-1930)*. Salvador: Assembléia Legislativa, UFBA, 1985.

exercia o papel de senhor dos “currais eleitorais”, cujo poder pessoal chegava a substituir e representar o Estado baiano.

*“O Coronel exerce uma ampla jurisdição sobre seus dependentes: ele arbitra rixas e desavenças; reúne nas mãos funções policiais, impondo-se muitas vezes pela pura ascendência social, ou com auxílio de empregados ou capangas e jagunços; manipula a polícia e a justiça”*⁵ p.23

Devido ao exacerbado conservadorismo que marcou a ação histórica das elites baianas, surgiram manifestações de repulsa em relação à mudança do regime político. Essa aversão a República não teve suporte apenas razões de natureza ideológica, mas também interesses econômicos específicos.

Neste episódio da História da Bahia, até mesmo os liberais e conservadores se uniram para protestar contra a mudança do regime político. Por isso, a República só viria a ser reconhecida e proclamada na Bahia somente dois dias depois da data oficial, dia 17 de novembro de 1889, quando a Família Real já havia sido exilada para a Europa.

Exatamente, no ano da Proclamação da República o valor das exportações da Bahia desceu a um nível nunca registrado antes. Encontrava-se em um “hiato intercíclico”, isto é, uma fase onde não havia um produto excepcionalmente importante na pauta das exportações. Estava também afundada numa dívida externa sem precedentes. Por isso, se a concepção de superação desta crise já era bastante limitada pela elite baiana nos últimos anos do Império, onde obtivera isenção do imposto de exportação; com a instalação do novo regime político, certamente este e outros privilégios seriam extintos, impossibilitando a reversão deste péssimo quadro.

*“Cada grupo oligárquico se organizava em torno de um líder de maior prestígio... Mesmo que a República tenha desejado criar o jogo democrático baseado na pluralidade de projetos políticos, desejos e interesses, na prática o que prevalecia era o velho clientelismo.”*⁶

A **primeira fase (1889-1912)** da República na Bahia foi caracterizada pela desorganização das oligarquias baiana e pela tentativa de desarticulação das antigas relações e jogos de poder. Na realidade, correspondia ao período de transição do regime monárquico para o regime republicano. Tratava-se de uma política intitulada por alguns historiadores como “*política das salvações nacionais*” que pretendia desmontar as oligarquias regionais.

Contudo, acabou trocando-se uma oligarquia por outra, pois ex-monarquistas conservadores (como Luz Viana, Severino Vieira, José Marcelino, etc) ao assumirem o poder continuaram representando os interesses da velha aristocracia açucareira e do setor da burguesia ligado ao comércio de exportação e importação. Desta forma, permaneceram os redutos fechados comandados pelos coronéis.

Assim, observamos que a oligarquia baiana mesmo sendo ameaçada pela República aproveita-se da fraqueza deste período (que não estava bem estruturada na Bahia), para dá prosseguimento a supremacia do regime oligárquico monárquico, mesmo sendo abalado pelas transformações econômicas e sociais. Neste momento, a Bahia estava bem longe da modernidade desejada pela burguesia, além do que, os incentivos para procura de petróleo neste Estado eram poucos e a maior parte dos investimentos eram mais voltados para as regiões Sul e Sudeste.

⁵ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo; Alfa-Ômega, 1978.

⁶ MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues (org). Bahia Republicana: governadores e interventores: coletânea de artigos sobre a história da Bahia no período republicano. Salvador; UCSal, 2000.

O empenho na **segunda fase (1912 a 1930)** da burguesia era em submeter à oligarquia baiana. Seu início foi caracterizado pela instabilidade das forças e políticas; e pela interferência dos projetos da República Federal nos assuntos regionais baianos. Nesta ocasião, também ganha força nacional uma política de modernização interessada em submeter definitivamente o poder das oligarquias. A própria população baiana reclamava por modernidade, contrariando o poder da oligarquia agro-exportadora.

Sendo assim, o objetivo transparente da oligarquia paulista era de submeter à independência das oligarquias regionais e as disputas pelo poder estadual entre si, sem a interferência federal. Pois, até aquele período os projetos de modernidade e de reestruturação de um estado forte, defendidos pela burguesia paulista praticamente não havia sido implantada na Bahia.

No entanto, essa transformação inicia-se na Bahia quando o governo federal por meio de muita pressão elegeu José Joaquim Seabra para ser governador. A dominação de J.J. Seabra tipificou a ascensão ao poder de setores da alta classe media urbana, fazendo com que os barões do açúcar, dominantes na fase anterior, perdesse tanto o poder econômico quanto a influência política.

Nessa tentativa de desenvolver este estado moderno, Seabra acabou não se diferenciando muito das práticas políticas das oligarquias. Os laços de dependências e concessões faziam de Seabra um “supercoronel”. Mesmo assim, ele não alcançou sucesso na tentativa de submeter às oligarquias, mas conseguiu colocar o cenário político baiano no mercado nacional.

Podemos dizer que nesta fase a cidade de Salvador foi organizada e modernizada, valendo acrescentar também, que a Bahia obteve aumentos no número de perfurações de poços em busca do petróleo. Alfredo Matta observa, que a Bahia com o seabrismo passou a cumprir melhor o seu papel de centro de consumo regional integrado ao mercado burguês nacional e mesmo mundial.

Na **terceira fase (1930 a 1950)** a Bahia e o Brasil foram marcados por um período de instabilidade política e econômica. Haja vista, a pressão do capitalismo internacional com as elites agrárias e a insatisfação da burguesia nacional e as classes médias urbanas. Ambas reivindicavam mudanças nas estruturas socioeconômicas do país.

No contexto nacional percebemos pela primeira vez após a proclamação da República um presidente assumir o poder sem participar da política do café-com-leite. A revolução de 30 faz surgir uma etapa decisiva para o estado brasileiro, pois proporciona uma roupagem de Estado nacional, capitalista e burguês. Graças à quebra das oligarquias estaduais, que proporciona a crescente centralização do poder executivo federal.

É justamente nesta fase, que burguesia paulista apoiado pela classe média submete a oligarquia baiana ao seu projeto burguês de industrialização da sociedade ao por Getúlio Vargas no poder. A revolução de 1930 impõe uma reestruturação de forças na política baiana, já que Getúlio Vargas se empenha na criação de um estado forte e normatizador, retirando o poder político das mãos das oligarquias ao permitir que os militares aliados de confiança assumissem e governassem.

*Assim sendo, a burguesia sulista submete a oligarquia baiana ao projeto de industrialização e modernização do Brasil e vai tentando romper as barreiras da estrutura senhorial, na qual existiam redutos independentes e com leis próprias para implantar a padronização do mercado visando expansão.*⁷ p. 93

⁷ **MATTA**, Alfredo Eurico Rodrigues (org). Bahia Republicana: governadores e interventores: coletânea de artigos sobre a história da Bahia no período republicano. Salvador; UCSal, 2000.

Podemos observar que a ascensão de Vargas representou uma interferência definitiva dos projetos modernizadores e de mercado da burguesia paulista na Bahia, à medida que passou a direcionar uma política nacional centralizada de desenvolvimento industrial e de mercado, não consentindo a existência de projetos regionais autônomos de poder.

Enquanto isso, a oligarquia dissidente insatisfeita uniu-se à burguesia multinacional para tentar tirar Getúlio Vargas do poder. Ele por sua vez, continuou apoiando o projeto burguês promovendo implantação de indústria de base (metalurgia, siderurgia, energia elétrica, etc) e investindo pesado na procura por petróleo no território nacional.

Vargas pregava o discurso modernizador baseado no cientificismo e no progresso por meio do autoritarismo. Sendo assim, a hegemonia burguesa nacional vai de 1930 a 1945, quando se intensifica a entrada excessiva de capitais estrangeiros.

Ressaltamos que o início do processo de industrialização da Bahia surge como produto dos investimentos internos das regiões Sul e Sudeste do Brasil e também do mercado internacional. Essa industrialização coincidiu com a queda da lucratividade do sistema agro-mercantil oligárquico e com a ascensão dos projetos do capitalismo nacional hegemônico.

A nomeação de Juracy Magalhães (1931 - 1937) consegue o milagre da unanimidade baiana. Trata-se de um dos integrantes do grupo que liderou o golpe de 30. Devido a sua diplomacia, Juracy Magalhães era conhecido como grande articulador entre o projeto burguês e oligárquico.

Para o historiador Luís Henrique Dias Tavares, Juracy Magalhães manteve-se fiel ao governo chefiado por Vargas, atitude que influenciou a de todos os outros interventores do Norte e Nordeste. Em seu governo também, Juracy estimulou a indústria, a urbanização e a procura pelo petróleo no solo baiano. As modificações perceptíveis na estrutura socioeconômica baiana são originárias da implantação de condições estruturais para o desenvolvimento industrial.

Contudo, foi no governo do interventor Landolfo Alves que o petróleo foi descoberto pelos pioneiros Oscar Cordeiro e Manoel Inácio Bastos, sob jurisdição do recém-criado Conselho Nacional do Petróleo (CNP), em 1939. Sem sombra de dúvida, esse descobrimento é de extrema importância não só para o contexto da industrialização baiana, mas para o desenvolvimento industrial todo o Brasil.

O BRASIL E A PROCURA PELO PETRÓLEO

A história do petróleo no Brasil, assim como a própria história do país, começa na Bahia. O interesse pela pesquisa de petróleo no Brasil começou no século XIX, quando o produto era usado, quase unicamente, para iluminação. Predominavam, então, as buscas realizadas por particulares muitas das vezes estrangeiros. No entanto, o governo estadual e federal apresentava um crescente interesse pela matéria-prima, devido ao seu potencial para o desenvolvimento industrial. Numerosas concessões marcaram sem êxito o primeiro estágio da busca do petróleo.

Notamos que o Decreto nº 3352-A concedia ao inglês Thomas Denny Sargent o direito de extrair turfa (espécie de carvão), “petróleo e outros minerais” nas localidades de Ilhéus e Camamu, na província da Bahia. Assim dizia: “*Fica concedida a Thomas Denny Sargent, faculdade pelo prazo de noventa anos para lavrar, por si ou por meio de uma companhia que organizar, dentro ou fora do Império (...)*”

Já durante a República, atendendo aos interesses da burguesia paulista Deodoro da Fonseca concedeu permissão ao brasileiro Tito Lívio Martins e Eugenio Ferreira Camargo para explorar petróleo e outros minerais no município de Tatuí, São Paulo, no Morro do Bofete. Porém, a empreitada não foi bem sucedida. Já que o poço tubular junto de um afloramento de rocha asfáltica jorrou apenas água sulfurosa e subcomercial

No governo de Afonso Pena em 1907 foi criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), fundamental para estimular a realização das pesquisas em um tempo em que altos custos e incertezas marcavam a exploração de combustíveis minerais em todo o mundo. Este foi o primeiro órgão oficial a se envolver diretamente na prospecção do petróleo, vinculado ao então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tratava-se de mais uma iniciativa da burguesia paulista para tentar encontrar petróleo e promover o desenvolvimento industrial do Brasil.

O SGMB ocupou-se dos trabalhos de sondagem, substituindo os desenvolvidos pela Comissão de Estudos das Minas de Carvão de Pedra do Brasil. Em pouco tempo, as atenções e os investimentos se voltaram para o Nordeste, mas com resultados praticamente nulos pela escassez de verbas, frustraram a iniciativa. Também, devemos levar em consideração que as zonas eram escolhidas através de premissas e deduções, apenas por volta de 1920 começou a tomar corpo à geologia do petróleo.

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder, deu-se início a uma fase de mudança econômica e social do país. Suas propostas giravam em torno do apoio ao projeto burguês de desenvolvimento industrial do Brasil. Achar petróleo no território brasileiro era questão de necessidade essencial, pois neste período a burguesia cafeeira estava atingida pela crise de 1930 e não havia mais perspectivas em apenas cultivar café em detrimento dos investimentos nas áreas de desenvolvimento industrial. Haja vista que o capitalismo industrial exigia cada vez mais dinamismo da burguesia paulista.

Getúlio Vargas, durante a década de 30 procurou instalar no Brasil uma campanha para a nacionalização dos bens do subsolo, em função da presença de *trustes* (reunião de empresas para controlar o mercado) que se apossavam de grandes áreas de petróleo e de minérios, como o ferro.

Neste mesmo período o escritor, Monteiro Lobato defendeu esta campanha devido aspirar um Brasil próspero que pudesse oferecer progresso e desenvolvimento para sua população, dando suas contribuições através de artigos para jornais e palestras para promover a conscientização popular.

Estavam entre seus esforços de luta, cartas enviadas ao então presidente Getúlio Vargas, alertando-o sobre os malefícios da política de *trustes* para o país e a necessidade de defesa da soberania nacional na questão do petróleo; recebeu do governo a concessão de duas companhias de petróleo de exploração do recurso, além de ter lançado os livros *O escândalo do petróleo* e do infante-juvenil, *O poço do Visconde, Serões de Dona Benta e Histórias de Tia Nastácia*, sobre a descoberta do petróleo.

(...) O assunto é extremamente sério e faz jus ao exame sereno do Presidente da República, pois que as nossas melhores jazidas de minérios já caíram em mãos estrangeiras e no passo em que as coisas vão o mesmo se dará com as terras potencialmente petrolíferas. (...)

Trecho da Carta que Monteiro Lobato enviou ao presidente Getúlio Vargas em 20 de janeiro de 1935

Atendendo aos anseios da burguesia, Vargas passou a pesquisa do petróleo para o recém criado Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), igualmente ligado ao Ministério da Agricultura. Nesta época, como desde o tempo do Império, qualquer pessoa podia procurar petróleo, inclusive estrangeiros. Mas com a Constituição de 1934, Getúlio Vargas apoiado pela burguesia paulista criou uma legislação nacionalista na qual colocava limites aos excessos liberais provenientes desde o Império.

No Antigo 5º, dizia a nova Carta Magna:

“Compete privativamente à União legislar sobre: bens de domínio federal riquezas de subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, floresta, caça e pesca e sua exploração ”

No artigo 119º diz:

“O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais bem como das águas e de energia, hidrelétrica ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da Lei.”

A descoberta do petróleo no Brasil foi coisa muito séria. Os pioneiros não tinham somente a luta que já era de se esperar contra os elementos da própria natureza. Não tinham apenas de vencer a falta de recursos sempre escassos para empreendimento desse porte tinham que vencer ainda o pior de tudo isso: o poder de um governo federal. A grande dificuldade no trabalho custosíssimo como uma perfuração para petróleo, com recursos minguados. (Carvalho, 1970)

Através da observação do quadro abaixo podemos perceber como a oligarquia paulista mantinha sua influência sobre as perfurações realizadas pelo SGMB. É notório a grande quantidade de perfurações em São Paulo, se comparado aos demais estados do país e o interesse do Governo Federal em investir na procura de petróleo nesta região.

Perfurações realizadas pelo SGMB Exploração de petróleo – 1919-30

ANOS	ESTADOS							TOTAL
	PR	SP	RS	SC	BA	AL	PA	
1919	1							1
1920	1				1	2		4
1921		1			2	1		4
1922		3			1	1		5
1923	1	2				1		4
1924	1	1			1	1		4
1925		3					1	4
1926			1		1		1	3
1927	1	2		2			2	7
1928		2					1	3
1929	2	3		2			4	11
1930		1						1
TOTAL	7	18	1	4	6	6	9	51

Retirado do livro *A questão do petróleo no Brasil*, p. 13.

DESCOBERTA DE PETRÓLEO NA BAHIA

Os primeiros depoimentos sobre a possibilidade da existência de petróleo na Bahia surgiram na década de 1800, mas por erros de diagnósticos ou falta de investimentos da burguesia paulista retardaram o descobrimento do petróleo.

A influência da oligarquia cafeeira sulina era tão intensa, que as opiniões dos técnicos do SGMB na maioria das vezes, apontavam para possibilidade remota da existência de petróleo na Bahia. Por isso, as atenções do Governo Federal voltaram-se durante muitos anos para o Sul do país. Em 1931, o Governo Federal continuava preocupado em descobrir petróleo no Sul do país,

onde já haviam sido realizadas 40 sondagens, 22 pelo SGMB. Cerca de 9341m foram perfurados pelo Governo sem êxito.

Em meados de 1931, o interventor da Bahia, Arthur Neiva solicitou ao SGMB o envio de um dos seus técnicos à Bahia, a fim de verificar a provável existência de petróleo no Lobato na cidade de Salvador. Foi enviado o engenheiro Luciano Jacques de Moraes, cujas conclusões sobre o poço do Lobato foram as mais pessimistas. Para ele, a presença do óleo mineral, num poço de apenas 4,75m, não significava a existência de petróleo em quantidade explorável. Depois deste evento o SGMB esqueceu-se do assunto, mas Oscar Cordeiro não se deu por vencido.

Dois anos depois, o engenheiro agrônomo Manuel Inácio Bastos que trabalhava para a delegacia de Terras e Minas encontrou amostras de uma substância negra que, após ter sido analisada pelos engenheiros Antônio Joaquim de Souza Carneiro, da Escola Politécnica de São Paulo e Oscar Cordeiro, da Bolsa de Mercadorias, confirmou-se como sendo petróleo. A partir daí começou a desenvolver maiores esforços no sentido de despertar a atenção do Governo Federal para o poço do Lobato. Na época a imprensa de Salvador divulgou o acontecimento transpondo a fronteira do Estado.

Empolgado pela descoberta Oscar Cordeiro solicitou autorização do Governo Federal para realizar trabalhos de perfuração. Reportava-se também no requerimento, as remessas de amostras do óleo encontrado no poço, já examinada anteriormente pelos técnicos do SGMB. Mas, o Governo Federal representado pelo DPM e influenciado pela política burguesa deu o parecer contra a concessão, devido serem contrário a existência de petróleo no Lobato na cidade de Salvador.

Oscar Cordeiro recebeu o seguinte comunicado do DPM com a sentença:

“Pelos estudos realizados pelos técnicos do Departamento Mineral, não é possível haver petróleo comercial nos terrenos do Lobato, pois rochas ali existentes são gnaisses.”

Ao regressar de uma viagem à Europa, geólogo Sylvio Fróes Abreu encontrou, no Instituto Nacional de Tecnologia, um frasco com óleo extraído das minas do Lobato. Convicto da possibilidade da existência de petróleo no Lobato, Sylvio Fróes Abreu não se limitou, a remeter o resultado daqueles exames a Oscar Cordeiro que comunicou o fato ao Presidente Getúlio Vargas. Somente em 1937, o Serviço de Fomento da Produção Mineral incluiu o Recôncavo baiano como área prioritária para pesquisa de petróleo. Em 1938, por pressão da burguesia paulista Getúlio Vargas, através da Lei 366, proibira a atividade de estrangeiros na pesquisa.

Ao saber esta notícia Getúlio Vargas se empenhou em investir na busca pelo petróleo na Bahia, pois sabia o perigo correria se o “ouro negro” caísse nas mãos da enfraquecida oligarquia baiana aliada aos países estrangeiros. Ele sabia também que o petróleo era a peça essencial para o fortalecimento do mercado interno e para a consolidação definitiva do estado burguês capitalista no Brasil.

No dia 22 de janeiro de 1939, Oscar Cordeiro constatou que o petróleo manava da boca do poço e corria pelo chão rumo ao leito da estrada de ferro. Estava aí descoberto o petróleo no Brasil. Conseqüentemente, neste mesmo ano o governo de Getúlio Vargas instala o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), com a primeira Lei do Petróleo do país, para estruturar e regularizar as atividades envolvidas, desde o processo de exploração de jazidas até a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo e derivados. Este decreto tornou o recurso patrimônio da União.

Começa a partir daí a corrida da burguesia sulista pela industrialização. Percebe-se que aqui na Bahia ela se deu através de investimentos oriundos de outras regiões do país, e inclusive de centros do capitalismo internacional.

“[...] A dependência assumida desde os anos 30 pela oligarquia local facilitará o processo, fazendo a parceria da emergente economia de mercado, o que possibilitará a migração de alguns oligarcas para a nova camada burguesa. Neste contexto, a burguesia baiana vai crescer já associada aos centros burgueses mais antigos e de maior força, sejam eles localizados no sudeste do país[...]”⁸

DIÁLOGO COM A REPORTAGEM DO JORNAL ESTADO DA BAHIA

No dia 23 de janeiro de 1939, os baianos amanheceram atônitos com a notícia veiculada no Jornal Estado da Bahia que trazia na capa a matéria com o título: *“Petróleo de Verdade!”* Esta empolgante notícia era referente à descoberta do petróleo na região do Lobato. Finalmente, Oscar Ribeiro e seus colaboradores haviam posto um ponto final na dúvida sobre a existência de petróleo na Bahia.

O Jornal Estado da Bahia fez questão de citar na capa o comentário: *“Estado da Bahia envia um repórter às minas apurando a veracidade das primeiras notícias.”* Isto comprova o entusiasmo proveniente da direção deste jornal que apoiava as ações de Oscar Cordeiro na busca persistente pelo petróleo.

É plausível lembrar que neste período o interventor federal da Bahia era Landulfo Alves (1938 - 1942). Sua adesão a essa empreitada de Oscar Cordeiro foi decisiva para o desenvolvimento do refino do petróleo alguns anos depois com a construção da refinaria que ganhou o nome de Landulfo Alves.

A continuação da matéria sobre a descoberta do petróleo reflete a preocupação que se tem em relação falta do petróleo para o desenvolvimento industrial do Brasil.

Jorrou o petróleo do Lobato. E é mais um ponto do território nacional de onde o “ouro negro” jorra profusão. Até agora vivíamos angustiados pela falta de combustível, sem ele não temos indústrias, nem vias de comunicação. Sem ele nós seremos eternamente um corpo dependente das transfusões de sangue: faltando o petróleo, morta a nação.

A notícia deste jornal assegura que o “ouro negro” está jorrando proveniente de um poço de 208 metros, contudo ainda estava faltando apurar o valor comercial deste produto. Por fim a matéria chega até a supor que a Bahia se tornará uma potência econômica.

Transformar-se-á assim a Bahia já e já, numa potência econômica tudo a depender dos governos tudo a depender da compreensão que se venha a ter da necessidade da solução urgente do problema do combustível nacional. E deve-se a vitória de hoje a pertinência de Oscar Cordeiro. A sua coragem frente a todos os impecilhos que a sabotagem lhe criou. Jorrou petróleo no solo baiano. Mas que não fique aqui, que se engrandeça o Brasil com o combustível brasileiro.

⁸ MATTÁ, Alfredo Eurico Rodrigues (org). Bahia Republicana: governadores e interventores: coletânea de artigos sobre a história da Bahia no período republicano. Salvador; UCSal, 2000.

A descoberta do petróleo contraria os prognósticos dos pessimistas e do relatório de Mr. Link, técnico americano encarregado oficialmente de emitir parecer sobre as possibilidades no setor petrolífero na Bahia. Tal notícia provoca apreensão também em alguns jornais de grande circulação na Bahia. Como é o caso do Jornal Diário da Bahia, que apenas cita em um pequeno trecho da capa do dia 24 de janeiro de 1939 a descoberta do “ouro negro”.

Comparando os dois jornais tornar-se perceptivo o ânimo que o Jornal Estado da Bahia passa a informação e a indiferença do jornal Diário da Bahia. Este último prefere dá mais ênfase na notícia que se refere à irrefreável arrancada nacionalista dos alemães sobre Barcelona do que ao descobrimento do petróleo. O trecho que o jornal Diário da Bahia expõe a pequena matéria:

Petróleo Nacional

A mina do Lobato jorrou, afinal, o “ouro negro”.

O jorro do “ouro negro” marca assim uma nova fase para a indústria do combustível nacional. As providencias tomadas agitaram o nosso publico que entre surpresa e entusiasmo acompanha de perto o desenrolar dos acontecimentos onde não falta nem mesmo a sabotagem. O sensacionalismo em torno do importante fato toma vulto e convém guardar as devidas reservas em benefício da própria grandeza nacional.

Desta maneira podemos perceber como uma mesma informação pode ter conotação completamente diferente a depender do ponto de vista do jornalista e também da posição partidária que a direção do jornal segue. Observa-se nitidamente que enquanto o primeiro jornal enaltece a descoberta do petróleo brasileiro o segundo prefere-se manter-se na retaguarda e optar pela cautela na hora de anunciar tal informação.

CONCLUSÃO

A procura pelo petróleo no solo brasileiro foi um processo árduo e dispendioso que levou muitos anos de intenso trabalho e dedicação. Ao contrário do que muitas pessoas pensam esta procura não começou apenas quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930; deste o império (como já foi esclarecido anteriormente) já havia interesse em achar esse produto tão importante para o desenvolvimento industrial do país.

Contudo, durante o decorrer da República havia o empenho do governo Federal em querer atender aos interesses da oligarquia cafeeira ligado ao setor agro-exportador. Dentre esses interesses estava o descobrimento do petróleo. Para tanto, grande parte dos recursos destinados a procura de petróleo foram aplicadas na região sul, mais especificamente em São Paulo.

Após o desenvolvimento da empresa cafeeira e um dos objetivos imediatos da oligarquia paulista era fortalecer indústria pesada nacional e colocá-la no mesmo nível de competição com a de outros países mais desenvolvidos. Tratava-se de uma empreitada audaciosa que necessitava do petróleo e dos seus derivados como matéria-prima essencial. Daí o empenho na tentativa de achar tais produtos na região Sul. No entanto, após várias tentativas frustradas chegou-se a supor que não havia mesmo petróleo no Brasil. Inclusive alguns relatórios encomendados até em empresas no exterior comprovavam tal afirmação.

Percebe-se que a burguesia sulista domina a oligarquia baiana fazendo com que ela de adequêi ao projeto de industrialização e modernização do Brasil. Para tanto, tenta romper as barreiras da estrutura senhorial, na qual existiam redutos independentes e com leis próprias para implantar a padronização do mercado visando expansão. Por isso, sempre que podia refutava a proposta de investimentos na pesquisa sobre petróleo no solo baiano.

É nítido que o governo Federal só enviava recursos aos estados segundo o parecer dos técnicos paulistas, que muitas vezes produzia pareceres equivocados. Mesmo recebendo várias vezes pareceres afirmando a impossibilidade da Bahia possuir petróleo, Oscar Cordeiro e sua equipe não se deu por satisfeito com o resultado e resolveu continuar na busca.

Graças a essa persistência que podemos dizer que o Brasil hoje possui petróleo. Finalmente, em 21 de janeiro de 1939 o “ouro negro” foi encontrado na Bahia. Esse fato mudou definitivamente a vida industrial deste país.

Afinal “*nenhum país pode pretender ocupar lugar digno entre as nações se não tem garantido a posse do seu petróleo, sua fonte insubstituível de toda a atividade militar, industrial e até agrícola*”. (André Bihel)

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Jornal “Estado da Bahia”. Salvador, 23 de janeiro de 1939. *Petróleo de verdade!* Extraído do acervo de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Jornal “Diário da Bahia”. Salvador, 24 de janeiro de 1939. *Petróleo nacional*. Extraído do acervo de periódicos raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

BIBLIOGRÁFICAS

CARONE, Edgard. *A República Velha, vol. 1: Instituições e Classes Sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978

COSTA, Emília Viotti da. *A proclamação da República. In: Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ed. São Paulo: UNESP, 1997.

TAVARES, Luís Henrique Dias Tavares. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2001.

DIAS, José Luciano de Mattos e **Quaglino**, Maria Ana. *A questão do Petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo; Alfa-Ômega, 1978.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues (org). *Bahia Republicana: governadores e interventores: coletânea de artigos sobre a história da Bahia no período republicano*. Salvador; UCSal, 2000.

MORELLI, Jucy Neiva. *Conheça o petróleo*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

PINTO, Carlos. *Petróleo*. Biblioteca educação é cultura. Ministério das Minas e Energia, 1980.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *A República na Bahia*. In: *O poder Legislativo da Bahia: primeira república (1889-1930)*. Salvador: Assembléia Legislativa, UFBA, 1985.

VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.